



## Proc. Administrativo 32- 438/2024

**De:** DIEGO B. - GAB-PJ

**Para:** Envolvidos internos acompanhando

**Data:** 16/01/2025 às 09:44:56

**Setores envolvidos:**

SEMED, SEGF, GAB, SEGF-L, SEGF-CONT, GAB-PJ, SEMED-GA, GAB-PJ-A

### PROCESSO DE LICITAÇÃO/DISPENSA - SERVIÇOS DE COZINHA

Em resposta ao pedido de extensão de prazo protocolado no dia 15/01/2025, referente à licitação para contratação de serviços de cozinha, informamos que, após análise detalhada e considerando os princípios e objetivos que norteiam o procedimento licitatório, a solicitação foi indeferida pelos seguintes motivos:

1. **Urgência no Processo Licitatório:** Este certame apresenta caráter emergencial, em virtude do curto espaço de tempo entre a homologação da licitação e o início das aulas. A contratação tempestiva é essencial para garantir a continuidade dos serviços e atender ao interesse público de forma eficiente e eficaz. Qualquer atraso comprometeria o cronograma previsto e, consequentemente, a qualidade da prestação dos serviços contratados.
2. **Obrigatoriedade de Documentação Atualizada:** Nos termos do edital e da legislação pertinente, os licitantes têm o dever de apresentar documentação regular e atualizada, uma vez que isso constitui requisito essencial para a participação no certame. A previsão clara no edital assegura igualdade de condições entre os concorrentes, além de respeitar os princípios da transparência e da segurança jurídica.
3. **Discricionariedade da Administração Pública:** Conforme disposto no artigo 43 da Lei Complementar nº 123/2006, a extensão de prazos em procedimentos licitatórios é uma prerrogativa da Administração Pública, a ser avaliada com base no interesse público e nas peculiaridades do caso concreto. Nesta situação específica, a solicitação foi apresentada no último dia do prazo, sem justificativa robusta que demonstre impossibilidade anterior, o que inviabiliza seu acolhimento.
4. **Ausência de Interesse Público na Extensão Solicitada:** A prorrogação do prazo comprometeria o cronograma do certame e, por conseguinte, a continuidade dos serviços essenciais. Dessa forma, prevalece o princípio do interesse público, que deve nortear todas as decisões administrativas.

Ressaltamos que as regras e prazos estabelecidos no edital visam assegurar a igualdade de condições entre os participantes e o cumprimento dos princípios que regem a Administração Pública.

Diante do exposto, reiteramos que não é possível atender à solicitação de extensão do prazo, mantendo-se inalterados os termos do edital.

Atenciosamente

—  
**Diego Augusto Bayer**  
Procurador Municipal  
OAB/SC nº 28.822  
Tel. 47 3374 6529



Assinado por 1 pessoa: DIEGO AUGUSTO BAYER

Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://schroeder.1doc.com.br/verificacao/AFAC-0962-0103-599F> e informe o código AFAC-0962-0103-599F



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: AFAC-0962-0103-599F

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



DIEGO AUGUSTO BAYER (CPF 052.XXX.XXX-01) em 16/01/2025 09:45:04 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://schroeder.1doc.com.br/verificacao/AFAC-0962-0103-599F>